

## **ESCOLANOVISMO E ALFABETIZAÇÃO NA *REVISTA DE EDUCAÇÃO* (SÃO PAULO: 1933-1943)**

**MELLO, Márcia Cristina de Oliveira**

**UNESP/Marília (Doutoranda – Educação – CAPES)**

### **Eixo temático 3. Cultura e práticas escolares**

A pesquisa acerca dos discursos sobre alfabetização veiculados na *Revista de Educação* (São Paulo: 1933-1943), ora em desenvolvimento, no âmbito do Grupo de Pesquisa “História da Alfabetização no Brasil” e do Projeto Integrado de Pesquisa “Revistas de Educação e Ensino – São Paulo: 1892-1944” (Apoio CNPq/FAPESP), ambos coordenados pelo professor Carlos Monarcha, vem contribuir para a compreensão da discussão que havia sobre o ensino da leitura e da escrita, na revista, discussão que por sua vez perpassava o tema da escola primária. O estudo sistemático dos artigos publicados na revista referentes ao tema pode auxiliar na compreensão da mentalidade e das estratégias de divulgação das idéias escolanovistas para o ensino e aprendizado da leitura e da escrita, o que possibilitará encontrar elementos de constituição do discurso sobre a alfabetização, permitindo uma avaliação das propostas de alfabetização veiculadas na revista.

Para compreender esse momento histórico da história da alfabetização no Brasil, optei, pela pesquisa histórica em Educação. Magda Soares (1989) e Magda Soares e Francisca Maciel (2000) relatam que, embora nos últimos anos tenha havido ligeiro aumento no número de pesquisas históricas sobre alfabetização, é depois de meados dos anos de 1990, no Brasil, que se observa a tendência a certa intensificação de pesquisas com esse tipo de abordagem.

Essa tendência pode ser confirmada no relatório elaborado por Maria do Rosário Longo Mortatti (2003), em que a pesquisadora observa que, até aquele momento, foram localizados quatro livros, quatro capítulos de livros, oito artigos em periódicos e 14 teses/ dissertações que abordam a alfabetização sob a perspectiva histórica.

Entre essa produção acadêmica, os estudos que se relacionam diretamente ao tema desta pesquisa, são: a tese de Maria do Rosário Mortatti Magnani (1997a), publicada em 2000, no formato de livro<sup>1</sup>; o artigo de Magnani (1997)<sup>2</sup>; a dissertação de

---

<sup>1</sup> O trabalho pioneiro de Magnani (1997a), que posteriormente passa a assinar Mortatti, trata da história da alfabetização no Brasil com ênfase nas questões relativas aos métodos de ensino da leitura e escrita, na fase inicial de escolarização de crianças, no estado de São Paulo, entre os anos de 1876 a 1994, apontando os “sentidos” que foram atribuídos à alfabetização nesse período e elegendando quatro momentos cruciais nesse movimento histórico. No primeiro momento (1876 a 1890), o ensino da leitura envolvia a disputa entre os defensores dos métodos sintéticos – soletração e silabação – e o então novo e revolucionário “método João de

Estela Natalina Mantovani Bertolleti (1997)<sup>3</sup>; a dissertação de mestrado de Mary Júlia Dietzsch (1979)<sup>4</sup> e as teses de Francisca Izabel Pereira Maciel (2001)<sup>5</sup> e Lázara Nanci de Barros Amâncio (2000)<sup>6</sup>.

### **Abordagem sobre alfabetização na *Revista de Educação* (São Paulo: 1933-1943)**

Até o momento localizei, na revista, trinta artigos que abordam o tema da alfabetização, no período escolhido para análise. Após a localização, reunião e ordenação

Deus” – baseado na palavração – que passou a ser divulgado no Brasil a partir da década de 1880, pelo professor Antonio da Silva Jardim. No segundo momento (1890 a meados da década de 1920), a disputa ocorreu entre os partidários dos tradicionais métodos sintéticos – especialmente a silabação – e o então novo e revolucionário método analítico. No terceiro momento (início da década de 1920 a meados da década de 1970), a disputa inicial ocorreu entre os defensores do método misto (analítico-sintético ou sintético-analítico) e os defensores do tradicional método analítico. A partir de 1934, com a publicação de *Testes ABC*: para a verificação da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e da escrita, de Lourenço Filho, as práticas de medida de nível de maturidade necessária para a aprendizagem da leitura e escrita ganharam importância, fundando-se uma nova tradição: alfabetização sob medida. No quarto momento crucial, a partir do final da década de 1970 até 1994 (data de encerramento da pesquisa documental), tem-se a disputa entre os partidários da “revolução conceitual” proposta por Emilia Ferreiro e sua perspectiva construtivista e os defensores “[...] dos tradicionais métodos (sobretudo o misto) de alfabetização, das tradicionais cartilhas e dos tradicionais diagnósticos do nível de maturidade com fins de classificação dos alfabetizandos.” (MORTATTI, 2000, p. 27).

<sup>2</sup> Magnani (1997) analisa o livro *Testes ABC*: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita, de autoria de Lourenço Filho, publicado em 1934. A pesquisadora explica o significado do que denomina “alfabetização sob medida: fundadora de uma tradição”. Magnani considera que no livro encontramos “[...] uma espécie de síntese do pensamento inovador e catalisador de Lourenço Filho a respeito do ensino da leitura e da escrita, assim como, e simultaneamente, das aspirações educacionais características do que considero o 3º momento crucial [...]” (p. 60). Lourenço Filho admite a existência de um nível de maturidade necessária para a aprendizagem simultânea da leitura e da escrita, que é passível de medida. Esse discurso é rigorosamente fundamentado, o que lhe confere o caráter de cientificidade e pioneirismo, já que essa mentalidade é diferente de tudo que a precedeu. Isso confere a Lourenço Filho o mérito de fundador de um discurso científico e de uma “nova tradição” para o momento, relacionada à alfabetização.

<sup>3</sup> Uma versão de síntese da dissertação da pesquisadora encontra-se em Bertolleti (1997a). Bertolleti (1997) analisou duas cartilhas de alfabetização produzidas por Lourenço Filho: *Cartilha do Povo*: para ensinar a ler rapidamente, de 1928, e *Upa, cavalinho!*, de 1957, com o objetivo de compreender e explicar o projeto de alfabetização de Lourenço Filho nelas contido. A pesquisadora conclui que, na primeira delas, encontram-se as bases iniciais desse projeto e, na segunda, uma síntese desse projeto, com os fundamentos da teoria científica sistematizada e proposta por Lourenço Filho.

<sup>4</sup> Dietzsch (1979) fez um levantamento das cartilhas utilizadas na cidade de São Paulo, no período entre 1930 e 1970, a fim de analisar o discurso veiculado nas cartilhas, e escolheu como *corpus* oito delas, concluindo que as cartilhas analisadas apresentam um discurso técnico sobre alfabetização, estereotipado e nada interessante para os alfabetizandos, já que em nada se assemelha à realidade vivida pela maioria das crianças à época.

<sup>5</sup> Amâncio (2000) aborda aspectos do discurso institucional sobre o ensino inicial de leitura no estado de Mato Grosso. Por meio da análise da configuração textual do *Relatório da Escola Normal do Estado de Mato Grosso e Modelo-Anexa-1911* e a *Ata do Conselho Superior de Instrução Pública*, a pesquisadora aponta aspectos importantes relativos à mudanças ocorridas no ensino inicial de leitura de crianças no início do século XX, no estado de Mato Grosso.

<sup>6</sup> Maciel (2001) reconstrói a história profissional da professora Lúcia Casasanta (1908-1989) que introduziu o método global de contos para a aprendizagem inicial da leitura e da escrita em Minas Gerais e que teve divulgação e implantação entre o final da década de 1920 e a década de 1970, nas escolas mineiras. Maciel desvenda os caminhos percorridos pela professora para propagar o método global de alfabetização naquele estado por mais de meio século. A pesquisadora nos dá a compreender um importante momento da história da alfabetização em Minas Gerais.

dos artigos, elaborei resumos descritivos. Por meio desses procedimentos pude observar que, além do termo alfabetização, utilizavam-se também a expressão ensino da leitura<sup>7</sup>, além de ensino da linguagem, e principalmente Lourenço Filho utilizava a expressão ensino da leitura e da escrita.

Naquele momento, em virtude da influência da psicologia experimental, as questões relativas à “aprendizagem” simultânea da leitura e da escrita ganharam prioridade. A escrita não era mais entendida como uma questão exclusiva de caligrafia, “[...] mas como meio de comunicação e instrumento de linguagem. Seu ensino deveria ser orientado adequadamente, a fim de despertar o interesse da criança e proporcionar um aprendizado eficiente e funcional, garantindo clareza, legibilidade e rapidez à escrita, tanto para quem escrevia quanto para quem lia.” (MORTATTI, 2004, p. 64). O sentido da palavra leitura, também, sofreu alterações “A leitura, por sua vez, passou a ser entendida, não mais como ‘processo ou habilidade de interpretar o pensamento de outrem’, mas como meio de ampliar as experiências, estimular poderes mentais. Para tanto, foram sendo defendidas e introduzidas nas escolas novas práticas de leitura, que envolviam, dentre outras iniciativas: incentivo e utilização intensiva da leitura silenciosa [...]” (MORTATTI, 2004, p. 65).

A idéia da existência de um nível de maturidade necessária para a aprendizagem simultânea da leitura e da escrita, passível de medida, postulada por Lourenço Filho, circulou na revista a partir de da década de 1930. Ao publicar, na revista, o artigo “O problema da maturidade para a leitura e a escrita”, em 1933, o autor apontava que a organização de classes seletivas era uma condição elementar para que a alfabetização tivesse êxito. Lourenço Filho considerava um erro o fato de os professores se preocuparem em escolher o melhor método para o ensino da leitura e da escrita, sem se preocuparem com a criança e suas diversidades individuais. Para Lourenço Filho, esse era um aspecto importante que deveria ser considerado no início da alfabetização. Assim, o aluno era considerado “matéria prima” que deveria ser estudado sob o critério científico da organização de classes seletivas, para desigual velocidade do ensino, o que proporcionaria maior economia de tempo e aumento da “produção útil total da máquina escolar”.

Assim, mesmo antes da publicação do livro *Testes ABC*: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita, Lourenço Filho utilizou a

---

<sup>7</sup> A expressão “ensino da leitura” foi utilizada até o final da década de 1910, quando passou a ser utilizado, também, o termo “alfabetização” (MORTATTI, 2000, p. 132).

revista como meio para divulgar suas idéias escolanovistas sobre alfabetização entre os professores.

Partilhando com Lourenço Filho dos postulados da Escola Nova, outros autores contribuíam para a divulgação dos testes ABC, publicando, na revista, relatos de experiências, em que transcreviam as vantagens da utilização dos testes ABC para organização de classes seletivas. Como, por exemplo, os artigos de Onofre Penteado “Os testes ABC como meio de seleção de classe” (1933), e o artigo de Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger “Organização de classes selecionadas e aplicação dos testes ABC” (1936). Nos artigos citados os autores apresentam os testes ABC, explicando a destinação de cada uma de suas oito provas, assim como a técnica de sua aplicação e a explicação detalhada de avaliação e classificação dos alunos, considerando os resultados obtidos nos testes.

Considero esses autores importantes personagens para análise, na medida em que podemos trabalhar com as “representações” que fizeram de si mesmos e de suas práticas, desvendando fatos que até então estiveram ocultos para a história da educação (e da alfabetização) no Brasil, na medida em que assumem papéis fundamentais “[...] em relação a um projeto para o ensino da leitura e da escrita, diretamente articulados às urgências sociopolíticas de âmbito nacional.” (MORTATTI, 2000, p. 144).

Para Jean-François Sirinelli (1996), rico e variado é o meio intelectual desses “atores”, meio este que oferece ao historiador elementos chaves para a análise.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 1996, p. 248).

Angela Maria de Castro Gomes (1999) considera intelectuais todos aqueles produtores de bens simbólicos que constroem e divulgam suas propostas em “redes organizacionais”, desenvolvendo certos tipos de sensibilidade e procurando “[...] demarcar fronteiras capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas.” (p. 11).

Tendo em vista essas considerações focalizo principalmente a figura de Lourenço Filho, que, juntamente com outros intelectuais de sua geração<sup>8</sup>, como Onofre

---

<sup>8</sup> Utilizo o conceito de geração tal como concebido por Sirinelli (1998), não relacionado ao sentido “biológico” do termo, mas sim ao sentimento de “pertencer” a um grupo que compartilha das mesmas crenças e idéias. Esse conceito se distancia da idéia de que a noção de geração está relacionada ao elemento

Penteado Júnior, Leontina Silva Busch, Luiz Gonzaga Fleury e Maximo de Moura Santos, entre outros, que colaboraram na *Revista de Educação* e conquistaram projeção estadual ou nacional no âmbito e, no caso de Lourenço Filho, como se sabe, essa projeção chegou ao exterior<sup>9</sup>.

### **Considerações finais**

Pude concluir, até o momento, que os discursos sobre alfabetização, veiculados na *Revista de Educação* (1933-1943), foram utilizados como meios para divulgar as idéias escolanovistas para o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, entre o professorado paulista, já que existia à época, a necessidade de se difundir novas concepções pedagógicas entre os professores, principalmente aquelas centradas nos aspectos psicológicos da aprendizagem da leitura e da escrita e nas condições individuais de aprendizagem do aluno, sob a influência do pensamento escolanovista de Lourenço Filho.

A revista tinha a preocupação de fornecer aos professores sugestões e planos para o ensino da leitura e da escrita, além de valorizar os relatos de experiências bem sucedidas dos professores, tanto em relação a utilização de algum método de alfabetização, quanto a aplicação dos testes ABC.

### **REFERÊNCIAS**

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX. 2000. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. *Cartilha do povo e Upa, cavalinho!*: o projeto de alfabetização de Lourenço Filho. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Lourenço Filho: outros aspectos*, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras; Marília: Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade estadual Paulista, 1997a. p. 91-117.

---

de “periodização”. Assim existem algumas gerações “curtas”, outras “longas”, não existindo, portanto, qualquer regularidade temporal entre elas.

<sup>9</sup> Acerca dos estudos sobre a figura de Manuel Bergström Lourenço Filho, destaco as considerações de Monarcha (1999; 2001) e Monarcha; Lourenço Filho (2001).

DIETZSCH, Mary Júlia. *Alfabetização: propostas e problemas para uma análise de seu discurso*. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado - Instituto de Psicologia) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Lúcia Casasanta e o método global de contos: uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais*. 2001. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Testes ABC e a fundação de uma tradição: alfabetização sob medida. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas: Mercado de Letras; Marília: Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade estadual Paulista, 1997. p. 59-90.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos da alfabetização: a “questão dos métodos” e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo – 1876-1994)*. 1997. 389 f. Tese (Livre-Docente em Metodologia de Ensino de 1º Grau: alfabetização) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1997a.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação*. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy (Org.). *Por Lourenço Filho: uma biobibliografia*. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo - 1876/1994)*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2003. 206 p.

\_\_\_\_\_. *Educação e letramento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 231-269.

\_\_\_\_\_. Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 131-137.

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP, REDUC, 1989.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. *Alfabetização*. Brasília: MEC, INEP, COMPED, 2000. (Série Estado do Conhecimento, n. 1).

**ARTIGOS CONSULTADOS NA REVISTA DE EDUCAÇÃO**

FERRAZ, Anna Nogueira; BOLLIGER, Olga. Organização de classes selecionadas e aplicação dos testes ABC. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 15-16, p. 52-55, set./dez. 1936.

LOURENÇO FILHO. O problema da maturidade para a leitura e a escrita. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 3, p. 91-101, set. 1933.

PENTEADO, Onofre. Os testes ABC como meio de seleção de classe. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 1, p. 185-194, mar. 1933.